



7 • Correio Braziliense — Brasília, quarta-feira, 7 de maio de 2025

Bolsas Na terça-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na terça-feira	Salário mínimo R\$ 1.518	Euro Comercial, venda na terça-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,02% São Paulo	135.093	R\$ 5,710 (+ 0,37%)		R\$ 6,495	14,15%	14,55%	Novembro/2024 0,39 Dezembro/2024 0,52 Janeiro/2025 0,16 Fevereiro/2025 1,31 Março/2025 0,56
0,95% Nova York	133.515	Últimos					
	30/4 2/5 5/5 6/5	29/abril 5,630 30/abril 5,676 2/maio 5,654 5/maio 5,689					

GOLPE NOS APOSENTADOS

Fraude no INSS data de 2016, aponta CGU

Controladoria-Geral da União identifica irregularidades no INSS anteriores à explosão de descontos a partir de 2022

» ROSANA HESSEL

O escândalo de desvios de recursos de beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) abriu uma caixa de Pandora e, a cada momento, são reveladas irregularidades cada vez mais antigas e que ocorrem, pelo menos, desde 2016, conforme relatório da Controladoria-Geral da União (CGU), divulgado ontem.

Analistas, contudo, alertam que o período pode ser maior, podendo chegar até 1994, o que significa que o rombo de R\$ 6,3 bilhões estimado inicialmente pode ser bem maior e a recuperação desses recursos será bastante difícil, restando ao contribuinte arcar com mais essa fatura que será arcada pela União. E nessa conta ainda não estão os golpes de crédito consignado de instituições financeiras que atormentam a vida dos aposentados e pensionistas e integram mais uma página desse imbróglio.

De acordo com o relatório da CGU, foram identificadas 59 situações em que houve 50 mil descontos na conta de beneficiários para uma única entidade no período de 2016 até 2024. A maior parte desse total, 39, foram registradas nos anos de 2023 e 2024. Esse período foi o que apresentou aumento considerável nos descontos. Entre 2019 e 2022, no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), ocorreram 04 situações. E, entre 2016 e 2018, foram contabilizadas 16 situações. Esse aumento expressivo no volume de descontos foi o que motivou o levantamento da CGU.

“Além disso o relatório denuncia que 76% das entidades não apresentaram ou negaram-se a apresentar informações e documentos relativos aos contratos de prestação dos serviços colocados à disposição dos associados, o que dificultou a avaliação da existência e efetividade dos serviços, além de não permitir que se afirme que efetivamente dispõem de arranjos contratuais que possibilitasse o atendimento aos associados conforme manifestado em diferentes oportunidades”, destacou o documento da CGU de 41 páginas.

Em uma amostra de 952

beneficiários, apenas 28,9% das entidades e sindicatos procurados enviaram a documentação completa para justificar os descontos. Outras 31,9% delas mandaram a relação dos documentos incompleta. Por outro lado, 39,2% dessas entidades não enviaram nada para a CGU.

O relatório também informa que o número de entidades beneficiadas com esses descontos foi aumentando ao longo dos anos, pois, em 2016, havia apenas a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag), responsável por pouco mais de 77 mil de descontos na folha dos aposentados. Em nota divulgada no site da entidade no dia 29 de abril, a Contag informou “não praticou nenhuma irregularidade em relação ao processamento de descontos de mensalidades associativas nos benefícios previdenciários concedidos pelo INSS”, e que, inclusive, denunciou ao órgão, “por duas vezes, descontos indevidos e práticas abusivas contra aposentados e pensionistas rurais”.

Os dados do relatório CGU ainda mostram que, entre janeiro de 2023 e setembro de 2024, 11 entidades realizaram mais de 100 mil descontos nas contas dos beneficiários do INSS. O órgão ainda ressaltou no relatório que o INSS “não respondeu satisfatoriamente ao ser notificado do não atendimento, por parte das entidades, da demanda apresentada pela CGU para disponibilização de documentos, demonstrando que as estruturas de controle disponíveis não são eficazes para responder com a celeridade que a situação requer”.

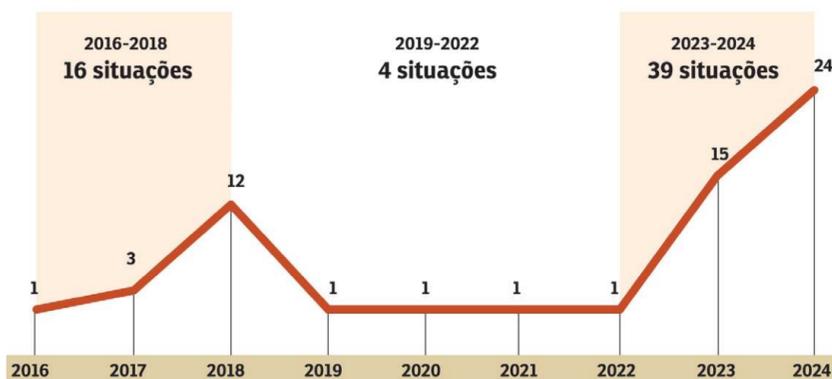
Além de apontar fragilidades nos controles existentes “e a ausência de fiscalizações efetivas pelo INSS”, a CGU ainda apontou problemas “nos desenvolvimentos sistêmicos em realização, pela Dataprev e sob demanda do INSS, envolvendo biometria e assinatura digital”, porque alcançam apenas as novas implementações de descontos, sem revalidação dos já implementados.

O relatório da CGU revela ainda que os descontos cresceram vertiginosamente, passando de R\$ 536,3 milhões, em 2021, para R\$ 1,3 bilhão, em 2023, e para R\$ 2,8 bilhões, em 2024, e, aliado

Buraco sem fundo

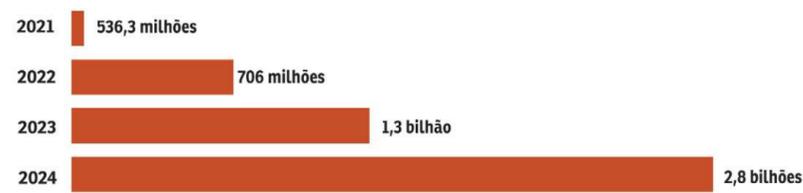
Conforme relatório da CGU, que visitou 30 entidades e sindicatos no estudo, entre 2016 e 2024, foram identificadas 59 situações em que houve, no mínimo, 50 mil inclusões de descontos em benefícios para uma mesma entidade

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE SITUAÇÕES EM CADA ANO



DESCONTOS EM FOLHA

Valores — em R\$



AMPLIAÇÃO DOS SAQUES

Associações e sindicatos identificados em situações de inclusão de descontos em volume expressivo, acima de 100 mil entre janeiro de 2023 e setembro de 2024

Entidade Cidade/Estado

- Associação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas da Nação (Abapen) Recife/PE
- Caixa de Assistência aos Aposentados e Pensionistas (Caap) Fortaleza/CE
- Confederação Brasileira de Trabalhadores da Pesca e Aquicultura (CBPA) Brasília/DF
- Associação Brasileira dos Servidores Públicos (ABSP) Rio de Janeiro/RJ
- Centro de Estudos dos Benefícios dos Aposentados e Pensionistas (Cebap) São Paulo/SP
- Masterprev - Associação de Clube de Benefícios, São Paulo/SP
- Associação Brasileira dos Contribuintes do Regime Geral da Previdência Social (Abraprev) Belo Horizonte/MG
- ANDDAP - Clube de Benefícios São Paulo/SP
- Associação dos Aposentados Mutualistas para Benefícios Coletivos (Ambec) São Paulo/SP
- Associação de Aposentados e Pensionistas do Brasil (AAPB) Fortaleza/CE
- Amar Brasil Clube de Benefícios (ABCB) São Paulo/SP

Fonte: CGU/Relatório de Avaliação - INSS - Exercícios 2023 e 2024

à fragilidade dos controles mantidos pelo INSS para a realização desses descontos, ao histórico de irregularidades reportadas, e ao elevado número de requerimentos, “foi verificada a fragilidade dos controles adotados pelo INSS no âmbito do processamento dos

descontos associativos, evidenciado pelo baixo índice de entidades que disponibilizaram a documentação que dá suporte aos requerimentos para a averbação de descontos associativos – 28,9% de uma amostra de 952 beneficiários”.

Segundo o órgão, recomendou-se ao INSS a adoção de medidas estruturantes, como a suspensão cautelar da totalidade dos dados das entidades com as quais o INSS mantinha Acordos de Cooperação Técnica (ACT) vigentes; a descontinuação de

averbação de descontos de mensalidades associativas na folha de pagamentos do INSS; e a elaboração de plano de ação para o tratamento das situações envolvendo os descontos indevidos realizados.

Devolução difícil

Diante desse cenário preocupante, o economista Ecio Costa, professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), alertou que a recuperação desses recursos pelo governo federal não será fácil. “Pelo que eu estava vendo, isso daí remonta até 1994, com a Contag. É uma coisa que sempre existiu, e aí, nesses últimos dois anos, houve um crescimento estratosférico, um desvio gigantesco. E, assim, não vejo um cenário onde essas entidades fraudadoras irão devolver esses recursos. Isso muito provavelmente dentro da investigação criminal, depois de processos, que isso seja atendido”, afirmou.

Na avaliação de Costa, muitos desses recursos certamente desapareceram, foram utilizados em outras despesas e acho muito difícil que o governo consiga reaver esses recursos e a conta vai sobrar para o contribuinte, porque o INSS é deficitário e não tem recursos sobrando para despesas que não estavam no Orçamento. “O que vai acontecer, é claro, o INSS vai arcar com isso, mas o instituto faz parte do governo. Quem vai pagar é o contribuinte. Ele é que vai ser responsabilizado por isso que também vai implicar em aumento no endividamento do país”, afirmou.

Mesmo se o governo conseguir ressarcir os aposentados e pensionistas do INSS lesados por esse esquema de corrupção, na avaliação de Gaudêncio Torquato, consultor político, professor da Universidade de São Paulo (USP), esse episódio será mais um obstáculo a ser enfrentado por Lula nos próximos tempos. “Não será fácil se desvencilhar desse rolo. A corrupção deve ser um dos temas mais importantes da campanha eleitoral de 2026, ao lado da segurança pública, da saúde e do arrocho no bolso do consumidor”, afirmou.

Governo estuda opções para ressarcimento

» VANILSON OLIVEIRA
» VICTOR CORREIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva convocou ministros e autoridades ontem para discutir a crise das fraudes no INSS e o ressarcimento aos aposentados lesados pelos golpes. O encontro ocorreu no início da tarde, no Palácio da Alvorada, onde o presidente passou o dia. O governo busca uma resposta para a crise, e discute a criação de um plano de ressarcimento. A expectativa é que a medida seja anunciada até a próxima semana.

A reunião, que durou cerca de três horas, no Palácio do Alvorada, contou com a presença dos ministros Rui Costa (Casa

Civil), Wolney Queiroz (Previdência), Esther Dweck (Gestão), Gleisi Hoffmann (Secretaria de Relações Institucionais), e Vinícius Marques de Carvalho (Controladoria-Geral da União), além do presidente do INSS, Gilberto Waller Júnior, e do adjunto do Advogado-Geral da União (AGU), Junior Divino Fideles.

O ministro da Previdência, Wolney Queiroz, afirmou que o encontro com o presidente Lula não discutiu os detalhes sobre o ressarcimento a aposentados e pensionistas. Segundo ele, foi uma reunião de alinhamento. “Não falamos sobre o ressarcimento hoje, não. Foi alinhamento geral com todo mundo antes do presidente viajar”. A

declaração foi dada por Queiroz, quando voltava à sede do ministério da Previdência, logo após a reunião com Lula.

A Fazenda defende que os recursos sejam remanejados dentro do Orçamento de 2025, retirados, por exemplo, do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) ou das emendas parlamentares. Há ainda a opção de emitir crédito extraordinário, fora do arcabouço fiscal, mas a medida aumenta a dívida pública e desagrada investidores.

Lula passou o dia no Palácio da Alvorada em uma série de reuniões, antes de embarcar rumo à Rússia e à China, às 22h. Na portaria da residência oficial, o movimento de carros entrando

e saindo foi constante. Pela manhã, ele também recebeu o ministro das Cidades, Jader Filho, o ministro da Secretaria de Comunicação Social (Secom), Sidônio Palmeira, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, o presidente da Caixa, Carlos Vieira, e a vice-presidente de Habitação da Caixa, Inês Magalhães, para outra reunião. O ministro de Minas e Energia também visitou Lula, fora da agenda. Nenhuma das autoridades falou com a imprensa.

Sem burocracia

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) definiu os pilares do plano de ressarcimento

a aposentados e pensionistas vítimas de descontos indevidos em seus benefícios. O novo presidente da autarquia, Gilberto Waller Júnior, afirmou ontem que os segurados não precisarão apresentar documentos, enfrentar filas ou registrar pedidos formais para receber os valores de volta. Segundo ele, a devolução será feita de forma automática, na mesma conta bancária onde os beneficiários recebem mensalmente seus proventos previdenciários.

Segundo o novo titular da pasta do INSS, o processo de estorno deverá ser feito de forma segura, diretamente na conta que recebe seu benefício. Ou seja, o pagamento será feito em uma

folha de pagamento extra, usada para cobrir pagamentos que não foram incorporados à folha principal. “Tem que ser algo que não demande a ele novos trabalhos, não demande enfrentar uma fila”, explicou Waller, em entrevista à Rádio CBN.

Waller informou que o governo busca uma solução confiável e sem burocracia. “Uma das coisas que já foi definida é que eventual ressarcimento seja da instituição. Nada de PIX, nada de depósito em conta e nada de sacar em banco. O que a gente vai fazer é, da mesma conta que ele recebe o seu benefício previdenciário, vai ser depositado [o dinheiro]”, comentou.